



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Pedagogia

Amanda Pereira de Godoi

Pessoas com deficiência no exercício da docência

Brasília
2025

Amanda Pereira de Godoi

Pessoas com deficiência no exercício da docência

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.(a) Cândida Beatriz Alves

Brasília
2025

Amanda Pereira de Godoi

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Data da aprovação: 19/02/2025

Cândida Beatriz Alves — Orientador
Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
Professora da Faculdade de Educação (UnB)

Caetana Juracy Rezende Silva — Membro da Banca
Doutora em Educação
Professora da Faculdade de Educação (UnB)

Sinara Pollom Zardo — Membro da Banca
Doutora em Educação
Professora da Faculdade de Educação (UnB)

Dedico este trabalho aos professores que me inspiraram ao longo do meu percurso acadêmico e a todos os profissionais da educação que acreditam e se dedicam à inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Cândida Beatriz, pelo apoio, paciência e por aceitar conduzir minha pesquisa. À Faculdade de Educação e a todo o seu corpo docente, pela formação e aprendizado. E à minha família, pelo amor e incentivo incondicional ao longo desta jornada.

RESUMO

Este trabalho aborda as dificuldades, as oportunidades e os desafios que as pessoas com deficiência enfrentam ao atuarem como professores no contexto educacional. Nosso objetivo é investigar a inclusão desses profissionais no ambiente escolar, analisando as barreiras sociais, físicas e pedagógicas que impactam na sua atuação. O estudo se justifica pela escassez de pesquisas focadas nesse contexto, e pretende enriquecer as discussões sobre como eliminar as barreiras que ainda existem para garantir a participação plena de docentes com deficiência no ensino. Trata-se de uma revisão de literatura através da análise de artigos acadêmicos publicados no Portal de Periódicos da CAPES que resultaram em uma análise crítica das experiências de professores com deficiência, identificando a necessidade de uma formação específica e das adaptações que favoreçam a sua atuação profissional. O trabalho também aborda os avanços legislativos em relação à atuação dos docentes com deficiência, destacando a relevância de se promover uma educação mais inclusiva, não apenas no que diz respeito aos alunos com deficiência, mas também considerando a formação e inclusão de docentes. Em conclusão, a pesquisa reafirma a importância da inclusão de professores com deficiência no ambiente escolar e destaca a necessidade de esforços contínuos para remover barreiras e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, deficiência, docência, acessibilidade, diversidade.

ABSTRACT

This study addresses the difficulties, opportunities, and challenges faced by people with disabilities when working as teachers in the educational context. Our objective is to investigate the inclusion of these professionals in the school environment, analyzing the social, physical, and pedagogical barriers that impact their performance. The study is justified by the scarcity of research focused on this context and aims to enrich discussions on how to overcome the barriers that still exist to ensure the full participation of teachers with disabilities in education. It is a literature review based on the analysis of academic articles published in the CAPES Journal Portal, resulting in a critical analysis of the experiences of teachers with disabilities, identifying the need for specific training and adaptations that support their professional performance. The study also addresses legislative advances regarding the role of teachers with disabilities, highlighting the importance of promoting a more inclusive education — not only concerning students with disabilities but also considering the training and inclusion of teachers. In conclusion, the research reaffirms the importance of including teachers with disabilities in the school environment and emphasizes the need for continuous efforts to remove barriers and promote truly inclusive education.

Keywords: Inclusion, disability, teaching, accessibility, diversity

SUMÁRIO

	Memorial	09
1	Introdução	10
2	Referencial Teórico	11
	2.1 Legislação para inclusão de pessoas com deficiência	14
	2.2 Acessibilidade e barreiras	16
3	Metodologia	21
4	Resultados	22
	4.1 Análise dos Resultados	27
5	Considerações Finais	25
	Referências	27

Memorial

Minha trajetória educacional foi marcada por desafios, descobertas e obstáculos significativos, especialmente por ser uma pessoa com deficiência. Desde cedo, percebi que o ambiente escolar nem sempre está preparado para acolher alunos com deficiência, o que me fez enfrentar diversas barreiras ao longo do meu percurso acadêmico. No entanto, essas dificuldades também fortaleceram minha determinação e despertaram em mim um olhar mais crítico sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Sempre fui fascinada pelo impacto que a educação tem na vida das pessoas. Acredito que o conhecimento transforma realidades e abre portas para oportunidades antes inimagináveis. Esse interesse se fortaleceu ao longo dos anos e me levou a escolher a Pedagogia como caminho profissional. Durante o ensino fundamental e médio, fui percebendo como a forma de ensinar influencia diretamente o interesse dos alunos e seu desenvolvimento. Tive professores que me inspiraram e mostraram que a educação vai muito além do conteúdo ensinado em sala de aula: ela é capaz de motivar, acolher e transformar vidas. Foi nesse período que comecei a admirar a Pedagogia não apenas como uma área de estudo, mas como um meio de transformação social.

Ao ingressar na graduação em Pedagogia, tive a certeza de que havia feito a escolha certa. Desde os primeiros semestres, fui apresentada a teorias educacionais, metodologias de ensino e práticas pedagógicas que ampliaram minha visão sobre o processo de ensino-aprendizagem. Cada disciplina trouxe novas perspectivas e me permitiu enxergar a educação sob diferentes óticas. Aprendi sobre a importância de adaptar o ensino às necessidades dos alunos, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa.

A experiência acadêmica foi repleta de desafios e descobertas. Durante o curso, tive a oportunidade de participar de estágios em diferentes contextos educacionais, o que me permitiu vivenciar a realidade da sala de aula, interagir com alunos e professores e perceber, na prática, as dificuldades e possibilidades do ensino. Esses estágios foram momentos de grande aprendizado, pois pude observar como as teorias estudadas em sala de aula se aplicavam (ou não) no dia a dia da

escola. Além disso, enfrentei desafios relacionados à acessibilidade e inclusão, tanto para mim como estudante quanto para os alunos com deficiência com os quais trabalhei.

Ao longo da minha graduação, também participei de projetos acadêmicos e eventos voltados para a inclusão educacional. Essas experiências foram fundamentais para meu crescimento profissional, pois me proporcionaram debates enriquecedores sobre a importância de uma educação acessível e de qualidade para todos. Também tive contato com educadores e pesquisadores que atuam nessa área, o que me motivou ainda mais a aprofundar meus conhecimentos e buscar soluções para os desafios enfrentados no ensino inclusivo.

Ao concluir esta etapa acadêmica, percebo o quanto cresci pessoal e profissionalmente. Hoje, ao finalizar minha graduação, reflito sobre essa jornada e os aprendizados que me trouxeram até aqui. A Universidade de Brasília e o curso de Pedagogia me proporcionaram não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma compreensão mais ampla sobre o papel do educador na sociedade. Aprendi que ser professora vai além de ensinar conteúdos: é preciso acolher, entender as individualidades dos alunos e lutar por uma educação mais justa e acessível.

Minha trajetória até aqui foi construída com dedicação, apoio de professores, colegas e familiares, e com a certeza de que a educação é um campo em constante transformação. Sei que ainda há muito a aprender e desafios a enfrentar, mas sigo motivada pela convicção de que a educação é a chave para um futuro mais inclusivo e igualitário. Meu desejo é continuar contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acessível e acolhedor, onde todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

1 Introdução

O tema "Pessoas com Deficiência no Exercício da Docência" refere-se à investigação da atuação de pessoas com deficiência no âmbito educacional no papel de professores. O assunto é de grande importância devido à sua relação com a diversidade, os avanços legislativos, os desafios enfrentados e as experiências enriquecedoras no campo da educação. Investigar como políticas se aplicam à docência e se refletem na prática é essencial para avaliar o progresso em direção à inclusão. O presente trabalho se justifica pelo número limitado de pesquisas acadêmicas a respeito do trabalho de pessoas com deficiência na docência no país.

Nosso objetivo é abordar os desafios enfrentados por pessoas com deficiência ao exercerem a docência, analisando como as práticas e os recursos necessários podem ser implementados de forma eficaz para garantir sua plena participação e sucesso nessa área, considerando aspectos pedagógicos, estruturais e legislativos. Além disso, este trabalho envolve a análise da formação de professores com deficiência e a representatividade dessas pessoas no ambiente escolar com um levantamento e análise através de autores com trabalhos que se relacionam ao tema. Este estudo pode contribuir para os debates na educação sobre como diversas barreiras que permeiam a realidade das pessoas com deficiência podem ser eliminadas, permitindo que todos os indivíduos alcancem seu pleno potencial educacional e profissional.

Esta monografia explora e analisa, através de uma revisão de literatura, o exercício da docência para pessoas com deficiência, investigando as estratégias pedagógicas, os desafios enfrentados pelos educadores e os avanços legislativos. Para isso, o trabalho está dividido nas seguintes partes: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Considerações Finais.

2 Referencial Teórico

O conceito de deficiência é complexo e variou ao longo da história. Atualmente, a deficiência é entendida em relação ao ambiente em que uma pessoa vive e às barreiras que ela enfrenta para participar plenamente da sociedade. Nesse sentido, o modelo social da deficiência destaca que as limitações impostas às pessoas com deficiência são, em grande parte, resultado de barreiras sociais, como atitudes discriminatórias, falta de acessibilidade física e comunicação inadequada. (Oliver, 1990).

Ao longo da história, termos genéricos como "inválidos", "incapazes" ou "aleijados" foram frequentemente utilizados para descrever pessoas com deficiência, contribuindo para uma percepção negativa e estigmatizante desses indivíduos como um fardo social. Esses termos refletiam uma visão da deficiência como uma condição que tornava as pessoas incapazes de contribuir de forma significativa para a sociedade, levando a atitudes de piedade, exclusão e até mesmo discriminação (Lanna Junior, 2010).

Essa percepção era influenciada por crenças e concepções antigas sobre a deficiência, que muitas vezes a associavam a castigos divinos, falta de virtude ou incapacidade moral. Como resultado, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e segregadas da sociedade, sendo consideradas dependentes e incapazes de cuidar de si mesmas.

Com o avanço do pensamento e da ciência, houve uma mudança gradual na percepção da deficiência. Movimentos como o humanitarismo e posteriormente o movimento pelos direitos das pessoas com deficiência começaram a questionar e desafiar a visão tradicional, buscando promover a inclusão, a igualdade de direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. Essa mudança de perspectiva levou a uma reavaliação dos termos utilizados para descrever as pessoas com deficiência, buscando substituir expressões pejorativas e estigmatizantes por termos mais respeitosos e inclusivos. O termo "pessoas deficientes" passou a ser utilizado no final da década de 1970 e início de 1980 como uma forma de afrontar a desvalorização associada aos termos depreciativos que eram utilizados. Em 1988, a Constituição Federal adota a expressão "pessoas portadoras de deficiência" e eufemismos como "pessoas com necessidades especiais" ou "portadores de necessidades especiais" passam a ser adotados. Tais eufemismos são criticados

pelo movimento, pois os adjetivos “especial” e “portador” não transmitiam a real ideia da luta política, que não busca ser “especial”, e sim, ser visto e considerado cidadão (Lanna Junior, 2010).

A expressão hoje utilizada é “Pessoa com Deficiência”, foi consagrada no ano de 2006 pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. Em oposição à expressão “pessoa portadora”, “pessoa com deficiência” demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a denominação. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência (Lanna Júnior, 2010, pg 15).

Ao longo da história, a nomenclatura utilizada para se referir às pessoas com deficiência refletiu não apenas a percepção social sobre esse grupo, mas também as concepções dominantes sobre sua condição. Essas diferentes formas de nomeação estão diretamente ligadas aos modelos que influenciaram a compreensão da deficiência em cada período. Nesse contexto, três principais abordagens se destacam: o modelo médico, o modelo caritativo e o modelo social, cada um trazendo perspectivas distintas sobre as causas da deficiência, o papel da sociedade e as formas de inclusão.

O modelo caritativo surgiu com a consolidação do cristianismo na Idade Média. De acordo com ele, as pessoas com deficiência são vistas como objetos de compaixão, cuidado e são dignas de pena (Piccolo, 2022).

O modelo médico, que prevaleceu por muito tempo, caracterizava a deficiência como um fenômeno essencialmente biológico e individual, associado a lesões ou disfunções corporais, resultando em limitações funcionais (Diniz, 2007).

De acordo com a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), catálogo elaborado pela Organização Mundial da Saúde em 1976, a deficiência era vista como a manifestação externa de uma condição patológica, refletindo alterações no funcionamento de um órgão. A incapacidade referia-se a qualquer restrição ou falta de habilidade, decorrente da deficiência, para realizar uma atividade conforme o esperado dentro dos padrões considerados normais para um ser humano. Já a desvantagem, corresponderia à restrição ou

impedimento que dificultasse que uma pessoa desempenhasse seu papel habitual, levando em conta sua idade, gênero e contexto social e cultural.

De acordo com o modelo médico, portanto, a deficiência é entendida como uma condição presente no indivíduo, resultante de uma doença ou distúrbio, de forma definitiva ou temporária. Essa condição causa uma incapacidade, que, por sua vez, implica em uma desvantagem para a pessoa.

O modelo social, defendido pelos movimentos de pessoas com deficiência, foi concebido como uma crítica aos modelos caritativo e médico, apresentando uma abordagem mais abrangente e progressista para compreender a deficiência. Este modelo argumenta que a deficiência não é exclusivamente uma questão individual de saúde, mas sim o resultado da interação complexa entre as limitações físicas, sensoriais ou intelectuais de um indivíduo e as barreiras sociais e ambientais que enfrenta. Tais barreiras podem incluir atitudes discriminatórias, falta de acessibilidade física, bem como escassez de oportunidades educacionais e de emprego, entre outras. De acordo com o modelo social, a deficiência é uma questão de direitos humanos e justiça social e, portanto, a ênfase deve ser colocada na remoção das barreiras que dificultam a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na sociedade (Oliver, 1990).

O modelo social de deficiência desloca a responsabilidade pela opressão enfrentada pelas pessoas com deficiência (PCD) do indivíduo para a sociedade, apontando a incapacidade coletiva de reconhecer e incluir a diversidade. Nesse entendimento, a experiência da deficiência não decorre das limitações físicas ou sensoriais da pessoa, mas sim de um ambiente social que se mostra intolerante à diversidade. Assim, a deficiência é vista como uma expressão da pluralidade humana, exigindo ajustes e práticas inclusivas (Diniz, 2007).

Com isso, a luta dos movimentos de pessoas com deficiência muda do campo de assistência social para o campo dos direitos humanos. Ao longo das últimas décadas, observou-se uma transição na compreensão da deficiência, que evoluiu de uma perspectiva predominantemente médica para uma concepção mais abrangente, que engloba aspectos biopsicossociais. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/ 2015):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

2.1 Legislação para inclusão de pessoas com deficiência

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008 com *status* de emenda constitucional (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto nº 6.949/2009), trouxe profundas mudanças na legislação brasileira, ao estabelecer um novo paradigma para entender e tratar a deficiência. Antes da Convenção, predominava no país o modelo médico, que considerava a deficiência como uma limitação individual decorrente de condições biológicas. Com a ratificação, o Brasil adotou o modelo social, que, conforme discutimos, entende a deficiência como resultado da interação entre pessoas com impedimentos físicos, sensoriais, intelectuais ou mentais e as barreiras impostas pela sociedade (Brasil, 2008).

A Convenção, ao adquirir *status* constitucional, colocou seus princípios e diretrizes acima das leis ordinárias, exigindo que toda a legislação e as políticas públicas fossem ajustadas à nova abordagem. Esse avanço foi essencial para a criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa lei detalhou os direitos previstos pela Convenção, assegurando igualdade de condições, a proibição de discriminações e a promoção de acessibilidade universal em espaços públicos e privados, além de garantir a educação inclusiva e a autonomia nas decisões de vida das pessoas com deficiência.

A educação inclusiva tem se consolidado ao longo dos anos como um princípio fundamental para garantir o acesso equitativo ao ensino, respeitando a diversidade e promovendo a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Sua importância reside na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assegurando que pessoas com deficiência tenham oportunidades de aprendizado em ambientes que valorizem suas potencialidades e necessidades. No entanto, desafios ainda persistem, exigindo formações continuadas para educadores, adaptações e mudanças na cultura escolar, para que a inclusão seja efetiva e não apenas formal.

Outra importante mudança decorrente da Convenção foi a revisão da noção de capacidade civil. O Código Civil foi alterado para eliminar conceitos limitantes como "incapacidade absoluta", reconhecendo que as pessoas com deficiência têm direito de tomar decisões por si mesmas, podendo contar com apoio sempre que necessário. Isso fortaleceu sua autonomia e possibilitou maior participação na sociedade.

A Convenção também impulsionou o fortalecimento de políticas de acessibilidade, ampliando direitos como transporte adaptado, tecnologias assistivas, comunicação acessível e a eliminação de barreiras arquitetônicas. Nesse contexto, a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991), que determina a reserva de vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência, ganhou maior relevância, sendo amplamente regulamentada e fiscalizada. Além disso, o direito à educação inclusiva foi reafirmado, assegurando o acesso a escolas e universidades públicas e privadas sem discriminação.

Mais do que mudanças legislativas, a Convenção lançou as bases para uma transformação cultural no Brasil. Estimulou uma visão que valoriza a dignidade, a diversidade e as contribuições das pessoas com deficiência para a sociedade, incentivando sua participação plena em todos os âmbitos da vida. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios, como a eliminação de barreiras sociais e a implementação integral da acessibilidade. No entanto, a Convenção representou um marco histórico, consagrando os direitos das pessoas com deficiência como parte integrante e inalienável dos direitos humanos no país (Brasil, 2008).

O direito à não discriminação assegurado pelo Estatuto garante que as pessoas com deficiência não sejam tratadas de forma desigual ou injusta em nenhuma situação. Define discriminação como qualquer forma de exclusão, distinção ou restrição que prejudique o reconhecimento, exercício ou usufruto dos direitos das pessoas com deficiência, proíbe práticas discriminatórias em áreas como educação, saúde, transporte, comunicação e prestação de serviços (art. 4º); e prevê sanções contra atos de discriminação, reforçando a necessidade de tratar as pessoas com deficiência de maneira justa, digna e respeitosa.

O direito à participação, também previsto no estatuto, tem o objetivo de garantir que as pessoas com deficiência possam se envolver plenamente em todas as esferas da vida social, econômica, cultural, política e comunitária, em igualdade de condições com as demais pessoas através da inclusão em todas as áreas da

vida pública, que define que as pessoas com deficiência têm o direito de participar ativamente em decisões, eventos e espaços, sejam eles culturais, esportivos, educacionais ou sociais (art. 3º, inciso I). Isso inclui adaptações em espaços públicos, transporte e sistemas de informação. Participação política com a garantia de direito ao voto, à candidatura e à presença em processos eleitorais, com suporte e acessibilidade nos locais de votação, sem comprometer a privacidade ou autonomia da pessoa (art. 76).

2.2 Acessibilidade e barreiras

As barreiras arquitetônicas representam um dos principais obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência, limitando sua autonomia e acesso a diversos locais, incluindo instituições educacionais. Essas barreiras podem se manifestar de diversas formas, como a falta de rampas de acesso, de corrimãos, de elevadores adequados, de sinalização tátil e sonora, e de vagas de estacionamento reservadas. A ausência dessas estruturas e adaptações dificulta a locomoção e o acesso das pessoas com deficiência a prédios públicos, escolas, universidades e outros espaços, impedindo-as de participar plenamente da vida acadêmica e social. Além disso, a falta de acessibilidade no transporte público também representa um grande desafio, limitando a mobilidade dessas pessoas e dificultando seu acesso a atividades profissionais, educacionais e culturais.

É necessário para uma universidade acessível, pensar em ambientes que possibilitem uma utilização com segurança e autonomia e também é fundamental manter os espaços com a manutenção de forma adequada. Nesse sentido, acessibilidade é um eixo da inclusão, pois todos os espaços deveriam ser construídos para utilização de qualquer pessoa e havendo acessibilidade a participação das pessoas com deficiência pode aumentar, pois espaços em que não poderiam ser utilizados passam a ter condições de uso apropriados e ambientes em que todos possam estar e conviver sem segregação (Rangel, 2017, pg 7).

Para eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a inclusão, é fundamental investir em adaptações estruturais nos espaços públicos e educacionais, garantindo o acesso universal e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas. Somente com ações integradas e efetivas será possível eliminar as barreiras arquitetônicas e garantir a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência na sociedade e na educação.

Não reivindicamos privilégios, apenas meios para que possamos exercer os direitos comuns a todos os seres humanos. Como pode uma pessoa deficiente exercer o seu direito de voto se ela é impedida de fazê-lo porque sua seção possui escadas? Como pode uma pessoa deficiente exercer o seu direito de utilizar o transporte coletivo se os degraus do ônibus são altos demais? (Lanna Júnior, 2010, pg 37).

Por outro lado, a acessibilidade não pode ser vista somente pelo ponto de vista da arquitetura, é preciso ter uma visão mais ampla englobando eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, entre outras. As barreiras atitudinais se manifestam por meio de preconceitos, estereótipos e discriminação ainda prevalentes na sociedade. Essas atitudes negativas tendem a resultar em exclusão social e a dificultar a interação e inclusão dessas pessoas tanto na sociedade em geral quanto no ambiente educacional. O preconceito e os estereótipos frequentemente levam a tratamentos diferenciados, baseados em concepções equivocadas sobre as capacidades e habilidades das pessoas com deficiência. Essa abordagem discriminatória pode resultar em falta de acesso a serviços e espaços públicos adequados, assim como em dificuldades na inserção no mercado de trabalho (Rangel, 2017).

As barreiras sistêmicas referem-se à falta de políticas públicas, recursos e suporte adequados para as necessidades das pessoas com deficiência. Essa falta pode limitar o acesso delas a oportunidades de emprego. Para eliminar essas barreiras, é essencial que haja políticas inclusivas, alocação adequada de recursos e formação de profissionais capacitados. Essas medidas são fundamentais para garantir o acesso igualitário das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Superar esses desafios requer ações coordenadas em diferentes níveis, incluindo a implementação de políticas públicas inclusivas, a conscientização e sensibilização da sociedade, a promoção da acessibilidade em todos os setores e a garantia de direitos e oportunidades iguais para todas as pessoas, independentemente de sua condição física, sensorial ou intelectual (Rangel, 2017).

2.3 Pessoas com Deficiência no Exercício da Docência

A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda é um desafio, mesmo entre aquelas com maior qualificação acadêmica. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de

2022, a taxa de ocupação da população com mais de 14 anos e ensino superior foi de 60,7% para pessoas sem deficiência, enquanto para pessoas com deficiência foi de apenas 26,6% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A Lei Nº. 8.112, de 1990, foi um importante instrumento para ampliar a inclusão de pessoas com deficiência em cargos públicos, reservando de 5% a 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para esse grupo. No entanto, no caso dos educadores, essa medida não tem sido eficaz para alterar o perfil dos profissionais que atuam nas escolas.

De acordo com o Instituto Rodrigo Mendes (IRM), em 2022, o número de professores regentes no país era de 2.315.616 na educação básica, sendo que apenas 8.185(0,35%) têm uma deficiência. Nos anos anteriores, foram registrados números ainda menores, como no ano de 2019, onde esse número era de 7.065(0,31%) professores.

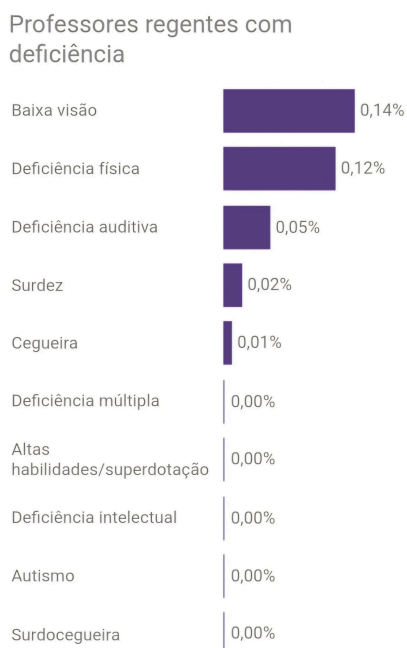
Gráfico 1 - Evolução de Professores com Deficiência: Brasil 2019 a 2022



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2023).

O Instituto também levanta dados sobre os tipos de deficiências desses professores no mesmo ano, sendo em maior quantidade com baixa visão (3.288), seguido por deficiência física (2.663) e deficiência auditiva (1.164). Também estão incluídos nos quantitativos indicados no gráfico surdez (385), cegueira (288), deficiência múltipla (89), altas habilidades/superdotação (148), deficiência intelectual (87), autismo (71), surdocegueira (2).

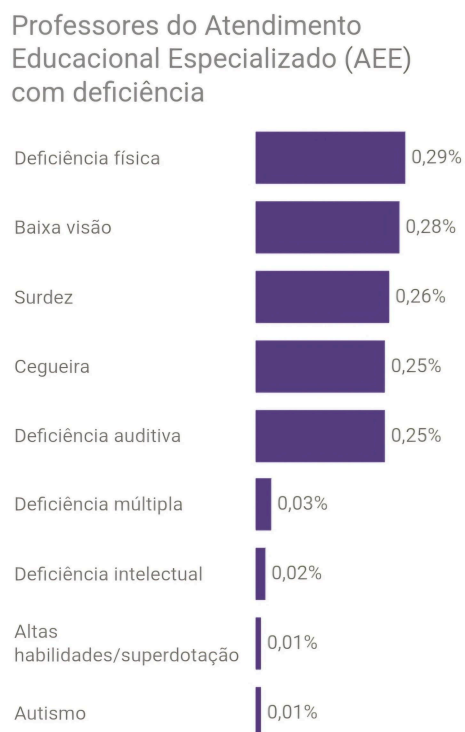
Gráfico 2 - Professores Regentes com Deficiência por tipo de deficiência: Brasil 2022



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2023).

O Instituto também levanta dados sobre os tipos de deficiências de professores que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses professores exercem funções que envolvem a identificação de barreiras à aprendizagem e à participação dos alunos com deficiência, uso de recursos e tecnologias assistivas, e colaboração com os professores regentes para repensar o currículo e as atividades pedagógicas. Os professores regentes e do AEE têm objetivos em comum de promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos, garantindo que todos tenham oportunidades equitativas de aprendizagem. O gráfico a seguir indica dados sobre os tipos de deficiências dos professores que são do AEE.

Gráfico 3 - Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com Deficiência: Brasil 2022



Fonte: Instituto Rodrigo Mendes (2023).

3 Metodologia

Para embasar o conteúdo do trabalho, foi feita uma revisão de literatura através da análise de artigos acadêmicos publicados no Portal de Periódicos da CAPES.

A revisão de literatura é uma análise crítica e reflexiva sobre estudos, teorias e pesquisas já publicadas em determinada área do conhecimento. Seu objetivo é apresentar o estado da arte do tema, identificando conceitos-chave, debates acadêmicos, lacunas na pesquisa e tendências. Diferente da revisão sistemática, a revisão de literatura não segue um protocolo rígido de seleção e análise de fontes, permitindo ao pesquisador organizar as informações de forma mais flexível e interpretativa. Ela é essencial para embasar teoricamente um estudo, contextualizando sua relevância e fundamentação científica (Brizola; Fantin, 2017).

O estudo visa mapear os artigos relacionados a professores com deficiência que foram publicados a partir do ano de 2017, ano do primeiro artigo encontrado utilizando o descritor “professores com deficiência”, até Dezembro de 2024. A

pesquisa inicial utilizando esse descritor encontrou onze artigos e apenas nove estavam disponíveis e/ou realmente estavam de acordo com o tema.

QUADRO 1 - Artigos sobre pessoas com Deficiência: Portal de Periódicos da CAPES 2017 a 2024

Ano	Autor(es)	Título
2017	Cássio De Souza Giabardo e Sônia Maria Ribeiro.	As produções científicas sobre professor com deficiência
2017	Elisabete Domingos.	O professor com deficiência visual no ensino da História e Geografia: questões em torno da sua adaptação e sucesso profissional.
2020	Milton Carvalho de Sousa e Elielson Ribeiro de Sales.	Educando pela diferença: a importância do professor com deficiência em sala de aula.
2021	Talita Delfino, Camila Perez da Silva,	Mapeamento de professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo.
2023	Naim Rodrigues de Araújo, Charles Moreira Cunha e Mariana Veríssimo.	O trabalho das professoras com deficiência visual e das educadoras da inclusão escolar.
2024	Petrúcia Isamara Fernandes, Rodiney Marcelo Braga dos Santos.	A narrativa da história de vida de um professor cego.
2024	Elton Rodrigues Vieira, Keila Andrade Haiashida,	Programa Residência Pedagógica e Identidade Docente: Relato de um Residente PCD.
2024	Celsiane Guedes Diogo Lopes, Maria Edith Romano Siems.	Discussões acerca dos professores com deficiência.
2024	Valber de Resende Taveira, Luiz Paulo Ribeiro.	O(a) professor(a) com deficiência da educação básica nos estudos da

		pós-graduação brasileira: uma análise integrativa.
--	--	---

4 Resultados

Os artigos encontrados foram agrupados em categorias temáticas para que fossem analisados. As categorias temáticas respectivamente elencadas foram: Barreiras e desafios no ensino inclusivo, Transformação da educação e papel do professor com deficiência, Políticas públicas e suporte e Práticas pedagógicas e adaptações.

- **Barreiras e Desafios no Ensino Inclusivo:**

A acessibilidade física e digital, dentre outras, são fundamentais para garantir a inclusão plena das pessoas com deficiência em diversos contextos, como educação, trabalho e lazer. A acessibilidade física envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, garantindo espaços adaptados, rampas, elevadores e sinalização adequada. Já a acessibilidade digital refere-se à criação de plataformas, websites e conteúdos compatíveis com tecnologias assistivas, como leitores de tela e legendas em vídeos (Sassaki, 2009).

No entanto, a falta de suporte institucional e de adaptação ainda é um grande obstáculo, pois muitas instituições não oferecem os recursos necessários para atender às necessidades desse público, dificultando sua participação e autonomia.

Diversos artigos (Baggio, 2017; Carvalho; Oliveira, 2020) mencionam dificuldades como a falta de acessibilidade e apoio institucional, especialmente nos espaços educativos. Professores com deficiência frequentemente enfrentam obstáculos relacionados à infraestrutura escolar. Os que melhor conversam sobre o tema e abordam essas dificuldades são os artigos “A escassez de pesquisas sobre professores com deficiência e as barreiras enfrentadas, como falta de acessibilidade e apoio institucional” (Baggio, 2017) e “Obstáculos enfrentados por professores com deficiência, como falta de acessibilidade e suporte técnico-pedagógico” (Carvalho; Oliveira, 2020).

Os estudos pesquisados revelam várias barreiras enfrentadas por professores com deficiência, especialmente no que diz respeito à acessibilidade e suporte institucional. Baggio e Ens (2016) destacam que, embora o tema da inclusão no

ensino seja discutido, a falta de pesquisas específicas sobre a experiência dos professores com deficiência é um obstáculo importante. Além disso, Carvalho e Oliveira (2020) enfatizam que as dificuldades de adaptação, como a ausência de recursos técnicos e pedagógicos adequados, tornam a atuação desses docentes um grande desafio no contexto escolar, o que prejudica sua inserção efetiva e igualitária.

- **Transformação da Educação e Papel do Professor com Deficiência:**

O impacto na conscientização de alunos e na construção de uma escola inclusiva é essencial para promover um ambiente educacional equitativo e acessível a todos. Quando os estudantes são incentivados a compreender e respeitar as diferenças, a escola se torna um espaço mais acolhedor e propício ao aprendizado conjunto.

Nesse contexto, a desconstrução de estereótipos e barreiras sociais desempenha um papel crucial, pois muitas vezes a exclusão não ocorre apenas por falta de infraestrutura, mas também por preconceitos e atitudes discriminatórias. Promover debates, atividades educativas e a convivência com a diversidade ajuda a quebrar esses estigmas, fortalecendo valores de empatia, respeito e inclusão dentro e fora do ambiente escolar (Sasaki, 2009).

A presença de professores com deficiência é vista como essencial para a promoção de uma educação inclusiva e no combate ao preconceito. Seu papel vai além do ensino, sendo também transformador para alunos e colegas. Os artigos “Professores com deficiência como agentes de sensibilização e empatia nas escolas” (Carvalho; Oliveira, 2020) e “A narrativa de superação e os impactos do professor cego” (Fernandes; Santos, 2024) trazem o assunto para debate com reflexões e relatos reais.

A presença do professor com deficiência tem um papel fundamental na transformação da educação, destacando a importância da diversidade e inclusão. Carvalho e Oliveira (2020) explicam como o docente com deficiência promove uma educação mais empática e acessível, desconstruindo preconceitos e rompendo barreiras sociais, influenciando positivamente tanto a prática pedagógica quanto o ambiente escolar como um todo. No mesmo sentido, Taveira e Ribeiro (2024) discutem como a atuação de professores com deficiência na educação básica, através das suas experiências e perspectivas, tem o potencial de alterar

positivamente as dinâmicas educacionais, contribuindo para um modelo de ensino mais inclusivo.

- **Políticas Públicas e Suporte:**

A necessidade de políticas específicas para apoio à inclusão de professores com deficiência é fundamental para garantir que esses profissionais tenham condições adequadas de trabalho e possam exercer sua função com autonomia e qualidade. Sem medidas concretas, como adaptações nos ambientes escolares, acesso a tecnologias assistivas e suporte institucional, a inclusão desses docentes torna-se limitada (Sasaki, 2009).

Nesse sentido, a importância de programas de formação contínua é evidente, pois possibilita a atualização constante desses profissionais, oferecendo capacitação sobre metodologias acessíveis, uso de recursos tecnológicos e estratégias para lidar com desafios no ensino. Investir em políticas de inclusão e formação contínua não apenas fortalece a atuação dos professores com deficiência, mas também contribui para uma educação mais equitativa e diversificada.

Em “Necessidade de mais pesquisa e políticas adequadas para professores com deficiência na educação básica” (Taveira; Ribeiro, 2024) e “A importância de políticas públicas voltadas à inclusão e ao apoio aos docentes” (Lopes; Siems, 2021), os autores apontam a necessidade de maior atenção pública e institucional para apoiar esses professores, seja por meio de adaptações, programas de formação continuada ou políticas específicas.

Tanto Taveira e Ribeiro (2024) quanto Delfino e Silva (2021) ressaltam a carência de políticas públicas adequadas para promover a inclusão de professores com deficiência. Taveira e Ribeiro afirmam que as políticas públicas atuais são insuficientes, necessitando de mais foco em aspectos práticos, como acessibilidade e suporte institucional, para garantir a permanência e o sucesso desses docentes nas escolas. Já Delfino e Silva apontam a falta de infraestruturas apropriadas como um dos maiores obstáculos à inclusão, recomendando o fortalecimento do suporte institucional, como a adaptação de espaços e o treinamento contínuo dos profissionais.

- **Práticas Pedagógicas e Adaptações:**

As estratégias de adaptação no ensino são fundamentais não apenas para os alunos, mas também para garantir que professores com deficiência possam exercer sua profissão de maneira plena e eficaz. No ensino de História e Geografia, por exemplo, docentes com deficiência visual podem se beneficiar de materiais em braille, mapas táteis e tecnologias assistivas, enquanto professores com deficiência auditiva podem utilizar legendagem em vídeos e intérpretes de Libras para facilitar a comunicação com os alunos. Além disso, na perspectiva da inclusão, é essencial que o ambiente escolar esteja preparado para oferecer suporte e adaptações que permitam a esses profissionais desenvolverem suas metodologias de ensino de forma acessível. Investir em acessibilidade e formação continuada possibilita que professores com deficiência tenham condições adequadas para ensinar, contribuindo significativamente para a construção de uma escola mais inclusiva e equitativa (Sasaki, 2009).

A inclusão de docentes com deficiência nas pesquisas acadêmicas e sua atuação nas instituições de ensino demonstram a relevância de suas vivências como sujeitos de pesquisa, além do papel pedagógico na própria formação educacional nos artigos “Estratégias de adaptação para professores com deficiência visual no ensino de História e Geografia” (Santana, 2015) e “Relato do impacto do Programa Residência Pedagógica na construção da identidade docente, adaptado para residentes com deficiência” (Vieira; Haiashida, 2024). Esses temas convergem para a necessidade de garantir mais autonomia e acessibilidade aos professores com deficiência.

A adaptação das práticas pedagógicas e o uso de estratégias específicas para contornar limitações são cruciais na atuação de professores com deficiência. Santana (2015) destaca como os professores com deficiência visual desenvolvem métodos personalizados, como o uso de recursos táteis e tecnologias assistivas, para ensinar disciplinas como História e Geografia. Além disso, Lopes e Siems (2021) abordam as barreiras estruturais que esses professores enfrentam e defendem a implementação de abordagens pedagógicas mais inclusivas, com investimentos em recursos e capacitação continuada para superar os desafios.

5 Considerações Finais

A pesquisa realizada abordou diversos aspectos da presença e do papel de professores com deficiência na educação, com foco nos desafios que enfrentam e na importância de sua inclusão para promover um ambiente escolar mais diverso. Identificamos que professores com deficiência enfrentam barreiras físicas, digitais, atitudinais, de formação e de suporte. Os professores com deficiência têm o direito à acessibilidade plena e a exercer sua profissão com todas as condições necessárias atendidas, garantindo sua autonomia e participação efetiva no ambiente escolar. Além disso, sua presença sinaliza a valorização da diversidade, funciona como modelos positivos e um incentivo à inovação pedagógica.

Os estudos analisados demonstram que, apesar das inúmeras dificuldades, a inclusão de professores com deficiência nas escolas contribui para o avanço da educação inclusiva. Esses profissionais não apenas enriquecem o ambiente de aprendizado com suas experiências e métodos inovadores, mas também desempenham um papel importante na sensibilização e formação de toda a comunidade escolar sobre as questões de acessibilidade e inclusão. Eles podem contribuir para promover uma cultura de respeito e aceitação das diferenças, contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta pesquisa contribui para a área de educação inclusiva ao destacar a relevância dos professores com deficiência evidenciando a importância de valorizar e incluir esses profissionais nas escolas, demonstrando o impacto positivo que têm sobre alunos e colegas; identificando barreiras e propondo soluções; promovendo a sensibilização e a capacitação; incentivando a formação de toda a comunidade escolar sobre inclusão e acessibilidade; promovendo um ambiente mais acolhedor e colaborativo; promovendo a adoção de métodos de ensino mais inclusivos e acessíveis, beneficiando todos os alunos, não apenas aqueles com deficiência.

Para aprofundar o entendimento sobre a inclusão de professores com deficiência e promover melhorias contínuas na educação inclusiva, é possível estudar as seguintes áreas em futuras pesquisas:

- **Análise Comparativa:** Comparar as práticas inclusivas e os resultados em diferentes contextos educacionais e regiões, identificando fatores que

contribuem para o sucesso ou falhas na inclusão de professores com deficiência.

- **Desenvolvimento de Ferramentas e Recursos:** Pesquisar e desenvolver novas tecnologias assistivas e recursos pedagógicos que possam facilitar o trabalho dos professores com deficiência e promover uma educação mais acessível.
- **Políticas e Práticas Institucionais:** Estudar o impacto de diferentes políticas públicas e práticas institucionais sobre a inclusão de professores com deficiência, identificando melhores práticas e propondo recomendações para políticas mais eficazes.
- **Formação e Capacitação:** Investigar as necessidades específicas de formação e capacitação para professores com deficiência, desenvolvendo programas de formação continuada que abordem suas particularidades e desafios.

Em conclusão, a pesquisa reafirma a importância da inclusão de professores com deficiência no ambiente escolar e destaca a necessidade de esforços contínuos para remover barreiras e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Ao valorizar a diversidade e implementar práticas pedagógicas inclusivas, podemos construir um sistema educacional que beneficie a todos, preparando cidadãos mais conscientes para o futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

DELFINO, Talita; SILVA, Camila Perez da. **Mapeamento de professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo.** *Revista Eletrônica de Educação*, v. 15, p. e4024006, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271994024>. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4024>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOMINGOS, E. **O professor com deficiência visual no ensino da História e Geografia: questões em torno da sua adaptação e sucesso profissional.** *Revista de Educação Geográfica*, out. 2017.

FERNANDES, P. I.; SANTOS, R. M. B. dos. **A narrativa da história de vida de um professor cego.** *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 3, p. e5636–e5636, 5 mar. 2024.

GIABARDO, C. D. S.; RIBEIRO, S. M. **As produções científicas sobre o professor com deficiência.** *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 58, p. 373, 8 ago. 2017.

GUEDES DIOGO LOPES, Celsiane; SIEMS, Maria Edith Romano. **Discussões acerca dos professores com deficiência.** *Ensaios Pedagógicos*, v. 8, n. 2, p. 66–84, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14244/enp.v8i2.349>. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/349>. Acesso em: 3 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua*. 2019.

JUNIOR, M. C. de S.; SALES, E. R. de. **Educando pela diferença: a importância do professor com deficiência em sala de aula.** *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, v. 12, n. 2, p. 60–73, 1 dez. 2020.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

OLIVER, Michael. **The politics of disablement.** Basingstoke: Macmillan Education, 1990.

PICCOLO, Gustavo Martins. **O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária.** Curitiba: Appris, 2022.

RANGEL, Aline. **Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Fluminense: acesso e permanência, possibilidades e desafios.** Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-6/completo-4.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

REVISÃO DA LITERATURA E REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. *Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA*, v. 3, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30681/relva.v3i2.1738>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 13 fev. 2025.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva (Coord.). *A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

TAVEIRA, V. de R.; RIBEIRO, L. P. **O(a) professor(a) com deficiência da educação básica nos estudos da pós-graduação brasileira: uma análise integrativa.** *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 3, p. e3522, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n3-240>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3522>. Acesso em: 3 fev. 2025.

VIEIRA, E. R.; HAIASHIDA, K. A. **Programa residência pedagógica e identidade docente: relato de um residente PCD.** *Revista Amazonida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas*, v. 9, n. 2, p. 1–15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29280/rappge.v9i2.13659>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/13659>. Acesso em: 3 fev. 2025.

WUO, A. S.; PAGANELLI, B. T. S. **Barreiras e facilitadores na inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: O ponto de vista dos estudantes.** *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 30, n. 177, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6809>. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6809>.